



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

afroasia@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Magalhães Pinto, Ana Flávia; da Silva Freitas, Felipe
LUIZA BAIROS, UMA "BEM LEMBRADA" ENTRE NÓS 1953-2016
Afro-Ásia, núm. 55, 2017, pp. 216-256
Universidade Federal da Bahia
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77053028007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



**LUIZA BAIROS,
UMA “BEM LEMBRADA” ENTRE NÓS
1953-2016**

*Ana Flávia Magalhães Pinto**

*Felipe da Silva Freitas***

*Tenho ciúme do destino.
Ódio não posso, pois ao poeta não cabe medonho sentimento.
A vida não é poesia.¹*

Luiza era a última a dormir. Ela tinha um fusca amarelo. Até hoje eu me pergunto como ela conseguia carregar todas nós naquele fusca amarelo. E ela só ia embora quando deixava a última em casa. Não existia essa coisa de lhe deixar no ponto do ônibus. Aquele fusca levava cada uma de nós na nossa casa.²

Em agosto de 2010, o falecimento e as homenagens prestadas a Magno Cruz, legendário ativista negro do Maranhão, muito mobilizaram Luiza Bairos e fizeram com que ela escrevesse uma carta e a encaminhasse a alguns amigos por e-mail. Ainda nas primeiras linhas, ela fala da emoção de ter presenciado em São Luís “as cenas mais lindas/emocionantes que já vi até hoje de respeito pela trajetória de um militante do Movimento Negro. E já perdemos várias/os do maior valor!”. No caminho de volta a Salvador, vinham-lhe à mente as palavras de José Correia Leite, ao constatar o tempo transcorrido até que sua dedicação “a inúmeras iniciativas de combate à discriminação e de organização dos negros na cidade de São Paulo” fosse reconhecida, já três décadas depois

* Doutora e pós-doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); ativista do Movimento Negro e de Mulheres Negras.

** Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB); membro do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

¹ Jônatas Conceição da Silva, “Hai-Kai pra L.B.”, in Jônatas Conceição da Silva, *Outras miragens – Miragem de Engenho* (São Paulo: Confraria do Livro, 1989), p. 20.

² Entrevista com Valdecir Nascimento concedida a Ana Flávia Magalhães Pinto em 21 de abril de 2017.

do início de tudo. A julgar pela quantidade e qualidade das manifestações de apreço que testemunhou, Luiza se alegrava por entender que aquilo só era possível graças à importância dada por aquela gente à pessoa de Magno ainda em vida. “As manifestações que vi e que me foram contadas não poderiam ser improvisadas apenas em função de sentimentos que nos movem diante da morte de alguém”.

A lista dos segmentos presentes era mesmo ampla. Além dos/as companheiros/as do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e do Akomabu, “organizações que Magno ajudou a criar e a se manter, também se mobilizaram, entre muitos outros, os quilombolas, os sindicalistas urbanitários, os movimentos pelos direitos humanos, os em defesa das crianças e das mulheres, as rádios comunitárias, o povo do reggae, do hip hop, da pastoral, os sanfoneiros”, continuava Luiza. Era alguém que havia participado de quase tudo, “seja enfrentando a repressão, escrevendo um cordel, um roteiro de programa de rádio, seja defendendo em reuniões e assembleias as posturas mais coerentes que acabavam por inibir qualquer tentativa de manipulação”. Um homem que também participava dos dramas e aflições de seus familiares e pessoas desconhecidas para a maioria, os quais “souberam da notícia pela TV”, uma vez que “nem a afiliada local da rede Globo pôde ignorar tamanha perda, tendo, na sequência, que levar ao ar uma matéria sobre o sepultamento!”.

O momento foi ainda uma oportunidade para “reencontrar a antiga militância do Maranhão, que colocou o Movimento Negro no caminho das lutas quilombolas, que sustentou a ideia dos Encontros de Negros do Norte e Nordeste e, felizmente, continua se renovando”. Nessa parte da carta, Luiza fala de algo que as/os mais jovens a princípio observam e, quando menos esperam, se veem fazendo também:

Trocamos muitas promessas de nos procurar mais, de saber mais umas das outras, para além dos compromissos que sempre utilizamos como desculpa. Escondido em algum lugar, o sentimento de que fazemos parte de uma geração que está desaparecendo fisicamente. E desaparecendo cedo demais, no auge da maturidade!³

Impossível ler este documento sem pensar no quanto ele diz da

³ Luiza Bairros, “Sobre perdas e ganhos”, Salvador, 5 de agosto de 2010.

própria história de Luiza Bairos, que passou à condição de ancestral em 12 de julho de 2016, por força da ação de um câncer. Ainda falta muito para que sejamos capazes de lidar com tranquilidade com a sua ausência física, com o fato de que não podemos mais esperar por aquela análise de conjuntura sagaz que ela era muito hábil em fazer nos momentos em que muitas/os de nós não sabiam ao certo o que pensar e como agir. Mas, até porque Luiza não tinha muita paciência para queixumes, é imperativo seguir caminhando, também como forma de honrar o seu exemplo e legado. Nisso, parece-nos essencial que tanto as/os mais novas/os quantos as/os mais velhas/os sejam estimuladas/os a se apropriar do que ela foi capaz de construir ao longo da vida, que extrapola e muito a ocupação de cargos em organismos das Nações Unidas, dos governos da Bahia e federal.

Diferentemente da visão limitada que a mídia empresarial foi capaz de apresentar, Luiza Helena de Bairos foi muito mais que secretária de Promoção da Igualdade Racial, no estado da Bahia, e ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no governo federal, entre 2011 e 2014.⁴ Nesse último cargo, sua gestão é considerada por muita gente a melhor diante das possibilidades criadas para a pasta, mas não foi o ponto alto de sua existência. Da mesma forma, a relevância do seu pensamento dificilmente será medida pelo número de artigos e livros publicados, um parâmetro comumente usado pela academia convencional para determinar o quilate de um/a intelectual. Como assinalou Sueli Carneiro, durante conversa de orientação para este artigo, “historicamente, o movimento sempre produziu seus intelectuais; e rigorosamente, a aca-

⁴ Após ter trabalhado para a implementação e o desenvolvimento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) nos estados de Pernambuco e Bahia, via Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre 2003 e 2007, Luiza Bairos assumiu a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), entre 2008 e 2011. Em seguida, foi convidada pela presidenta Dilma Rousseff a ocupar o posto de ministra da Seppir. Em abril de 2013, ela concedeu uma longa entrevista a Ana Flávia Magalhães Pinto, na qual abordou os desafios e os ganhos obtidos na gestão da Secretaria. Nesse sentido, destacou a inserção da agenda de enfrentamento das desigualdades raciais em diversos programas previstos no Plano Plurianual de (PPA) e a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), um instrumento de gestão pública criado com o fim de estimular e gerir as políticas públicas dentro do governo. Cf. “Sobre o Brasil que temos e o Brasil que queremos – Entrevista com a ministra Luiza Bairos”, disponível em: <<http://porfalaremliberdade.blogspot.com.br/2013/04/entrevista-com-ministra-luiza-bairos.html>>. Acesso em: junho de 2017.

demia nunca reconheceu essas pessoas”.⁵ Não é demais registrar, neste momento, que Luiza Bairros é uma das melhores expressões existentes entre homens e mulheres negras no Brasil que se entenderam legítimas/os e habilitadas/os para pensar e propor possibilidades de se alcançar uma democracia real neste país.

Efetivamente, Luiza escreveu e publicou mais do que imagina até mesmo a maioria das pessoas que a levavam a sério. Consequência de sua personalidade reservada e nada afeita a ostentar conquistas individuais, não é tarefa simples apontar até mesmo a totalidade de seus escritos publicados. Isso sem falar do tanto que produziu para as atividades de militância sem se identificar. Mais difícil ainda é dimensionar a quantidade de textos de amigos/as e companheiros/as de luta nos quais ela se embrenhou, organizando, ajustando e complementando argumentos; em alguns casos, assegurando mesmo a realização do potencial das ideias originais. Nem é preciso mencionar o que está escondido nas correspondências pessoais e escritos avulsos.

As muitas histórias que sabíamos e outras tantas que temos ouvido nos últimos meses nos permitem dizer que Luiza Bairros é um tipo de intelectual que escreveu sua obra sobretudo na vida das pessoas, sejam aquelas com quem teve um contato mais próximo, sejam as que foram expostas a seu pensamento. Somos porque ela foi e segue sendo. Acreditamos, portanto, que compreenderemos muito melhor a relevância de suas ideias e práticas à medida que outras pessoas aceitem o desafio de registrar essas influências, num exercício também intelectual de “escrevivência” – para fazer uso do pensamento de Conceição Evaristo, outra intelectual negra indispensável.

De tal sorte, optamos por nos dedicar neste artigo a dialogar com um panorama da trajetória de Luiza Bairros que vai do seu nascimento aos primeiros momentos dos anos 2000, período que compreende a sua formação como militante do Movimento Negro e de Mulheres Negras. Isso não significa que estejamos atribuindo menos valor ao que ela re-

⁵ A conversa de orientação entre Sueli Carneiro e Ana Flávia Magalhães Pinto aconteceu em 11 de novembro de 2016 na sede do Geledés, em São Paulo. Agradecemos imensamente a generosidade e o conhecimento compartilhado, o que se fez decisivo na definição das linhas mestras deste artigo. Os limites e eventuais equívocos aqui presentes, entretanto, são de nossa inteira responsabilidade.

alizou nos anos subsequentes. Apenas decidimos investir esforços para chamar atenção para momentos cujos resumos biográficos recentes têm passado muito rapidamente. Para tanto, valemo-nos, além de textos de sua autoria, de uma variedade de outras fontes, tais como jornais, documentos de Movimento Negro Unificado, correspondências particulares, vídeos públicos e entrevistas com ativistas com quais ela construiu sua história.⁶ O que apresentamos aqui é um exercício em curso de nos apropriar e dar resposta a uma pergunta que ela faz no final da carta sobre Magno Cruz: “Para quem considera que o Movimento Negro não produziu líderes no Brasil, ficam aqui estes pedaços de pensamento que, espero, nos ajudem a saber: de que matéria é feita uma liderança, nas condições em que se desenvolvem as nossas lutas?”.

De Porto Alegre a Salvador, uma mulher negra lá e cá

Luiza Helena de Bairros nasceu no dia 27 de março de 1953, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, filha de Celina Maria de Bairros e Carlos Silveira de Bairros. A mãe trabalhava em casa, enquanto o pai era militar do exército. Seu único irmão, Antonio Carlos, nascera antes, em 1949; era um garoto de três para quatro anos no momento da sua chegada.⁷ A família morava, então, na rua Casemiro de Abreu, no atual bairro Rio Branco, que juntamente com partes, sobretudo, do Bom Fim e do Mont’ Serrat formaram o território negro conhecido na virada do século XX como Colônia Africana — nome dado em virtude da concentração de gente negra liberta e livre que ali se estabeleceu nas últimas décadas do século XIX.⁸ Quando do nascimento de Luiza, porém, tanto a rua quanto a região já sofriam com o avançado processo de gentrificação que promovia a redução da presença negra e o incremento da ocupação

⁶ Foram consultados arquivos públicos e acervos privados no Brasil e nos EUA: bibliotecas públicas na Bahia; o arquivo do Ìrohìn, em Salvador; o Schomburg Center of Black Culture; bem como documentos preservados por Valdecir Nascimento e Firmino Pitanga.

⁷ A confirmação da idade de Antonio Carlos de Bairros foi feita mediante consulta por telefone a Eduardo de Bairros, sobrinho de Luiza Bairros, por Felipe Freitas.

⁸ Daniele Machado Vieira, “Percursos negros em Porto Alegre: ressignificando espaços, reconstruindo geografias”, in *Anais Eletrônicos do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*, Vitória, Associação Brasileira de Geógrafos, 2014; Marcus Vinícius de Freitas Rosa, “Além da invisibilidade: história social de Porto Alegre durante o pós-abolição” (Tese de Doutorado, Unicamp, 2014).

por outros grupos populacionais, com destaque para a comunidade judaico-alemã, cuja chegada se intensificou no contexto da perseguição nazista na Europa e da Segunda Guerra Mundial. Era, pois, um momento em que a má fama do lugar, sustentada pelo racismo contra negros, era reformulada e dava lugar a uma valorização pautada na simpatia pelos novos moradores.

Reconhecer a diminuição numérica, por óbvio, não é o mesmo que atestar inexistência. Na contramão das narrativas sobre a história da cidade e do estado que se deram (e se dão) mediante o descarte ou o apagamento das pessoas negras, em especial no pós-abolição, as presenças dos pais, de outros familiares e amigos de Luiza ali no Rio Branco remetem a permanências e novas chegadas que, ao serem revisitadas por pesquisadores/as de diferentes formações, têm sido essenciais para a consolidação de maneiras mais sofisticadas de entender as dinâmicas sociais ali inscritas.⁹ Também dali, a doutora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva assim definiu sua relação com o lugar: “Eu sou uma habitante da Colônia Africana, lá nasci, sou do tempo em que se nascia em casa. Lá mantenho minha casa. A Colônia para mim é terra, território, fonte de energia”.¹⁰

Mas a trajetória de Luiza na capital gaúcha não se restringiu aos vínculos diretos e permanentes com aquele antigo território negro. Ainda na infância, seus pais se mudaram para um bairro mais valorizado, o Menino Deus, distante a menos de quatro quilômetros da rua em que nascera. Foi nessa vizinhança que ela cursou as séries da Educação Básica e fez amizades duradouras. Iniciando a vida escolar na passagem da década de 1950 para a de 1960, estudou no Colégio Nossa Senhora de

⁹ Cf., entre outros, Eduardo de Oliveira Kersting, “Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998); Jane Rocha de Mattos, “Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: o Areal da Baronesa, imaginário e história (1879-1921)” (Dissertação de Mestrado, PUC-RS, 2000); Irene Santos (org.), *Negro em preto e branco: histórico fotográfico da população negra de Porto Alegre*, Porto Alegre: Do Autor, 2005; Irene Santos (coord.) et alii., *Colonos e quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre* (Porto Alegre: S.N., 2010); Daniele Machado Vieira, “Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017).

¹⁰ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, “Colonos e quilombos, todos negros”, in Irene Santos (coord.) et alii. *Colonos e quilombolas*, p. 15.

Lourdes, localizado na rua Marcílio Dias – nome dado em homenagem ao marinheiro negro da Armada Imperial que se tornou herói na Batalha do Riachuelo, em 1865, durante a Guerra do Paraguai.¹¹ Em seguida, foi aluna da Escola Estadual Infante Dom Henrique. Foi ali que se preparou para cursar Administração Pública e de Empresas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), formando-se em 1975, aos 22 anos de idade. Pelas contas, parece que tudo foi feito bem dentro do tempo previsto, não havendo espaço para reprovações ou demoras.

O perfil de aluna aplicada foi ainda compatível com o envolvimento nas atividades dos movimentos estudantis, mesmo em tempos de ditadura e sendo filha de pai militar. Durante a graduação, ela integrou o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, onde estava lotado o seu curso. Participou, portanto, das ações dos estudantes no sentido de se rearticular por áreas como forma de suplantar o enfraquecimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) promovido pelas intervenções do regime autoritário. Essas atividades, aliás, a levaram pela primeira vez a Salvador, em julho de 1974, para o I Encontro Nacional dos Estudantes de Administração (Enead)¹², meses antes da fundação oficial do bloco afro Ilê Aiyê, que teria muita importância em sua história.

Luiz Marfuz, hoje dramaturgo e professor da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), era então graduando e presidente do Diretório Acadêmico desta universidade quando conheceu Luiza Bairos, tendo ficado impactado pela potência da sua voz e pelo “conteúdo contundente de suas posições ideológicas em plena ditadura militar”, conforme comentou em conversa informal.¹³ Lembrou ainda do

¹¹ Sobre Marcilio Dias, cf. Álvaro Pereira do Nascimento, “O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar”, *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, v. 11, n. 21 (2015), pp. 84-95. Na infância de Luiza Bairos, Marcílio Dias também dava nome a um clube social e náutico da comunidade negra porto-alegrense, fundado em 1949. Um resumo da história do Clube Náutico Marcílio Dias foi apresentado na revisão *Tição*, v. 1, n. 1 (1978), p. 18.

¹² Marcelo Fregonesi Spínola, “O Enead e o futuro administrador”, *Revista de Administração de Empresas*, v. 27, n. 4 (1987), pp. 59-60

¹³ Em 6 de maio de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, Ana Flávia Magalhães Pinto conversou com Luiz Marfuz, após o espetáculo teatral da Cia do Comuns *Traga-me a cabeça de Lima Barreto*, monólogo estrelado por Hilton Cobra, com texto de Marfuz, direção de Fernanda Júlia Onisajé, dedicado à memória de Luiza Bairos.

quanto o fato de a maioria dos estudantes de administração vir de famílias da elite dificultava o desenvolvimento de críticas mais arrojadas entre esse segmento discente e debilitava perspectivas de esquerda e pessoas como Luiza naquela conjuntura. Essa disjunção, entretanto, não atingia a todos da mesma forma. Como ela própria avaliou por ocasião do III Fórum do Pensamento Crítico: Autoritarismo e Democracia no Brasil e na Bahia, 1964-2014:

Embora eu, junto com vários colegas, tivesse uma atuação bastante grande no Diretório Acadêmico, na Faculdade de Economia da UFGRS, todos os meus colegas foram de alguma forma procurados para serem recrutados para organizações de esquerda. Hoje, em retrospecto, eu vejo que eu nunca fui recrutada para isso, embora eu fosse uma pessoa com uma atuação política muito grande. Então, eu tenho a tendência [...] de ver isso como uma pouca importância que as pessoas negras tinham, as mulheres negras principalmente.¹⁴

Por um lado, é verdade que estudantes negros/as eram uma minoria numérica ainda mais acentuada no meio universitário. Luiza recordava que em seu departamento havia três estudantes negros: dois homens e ela. Por outro, mesmo os/as que lá estavam não tinham reconhecido o seu irrestrito pertencimento; o que, por conseguinte, impactava as possibilidades de legitimação individual que a presença em espaços coletivos – nesse caso, de maioria branca – poderia trazer. Isso talvez ajude a entender por que iniciativas políticas de grupos negros porto-alegrenses nos anos 1970 protagonizadas, em grande medida, por gente com formação universitária e algum trânsito nos movimentos de resistência pareçam desconectadas e não componham, ainda hoje, as narrativas da esquerda hegemônica sobre os esforços de enfrentamento ao golpe e em

¹⁴ Fundação Perseu Abramo, “Especial 50 Anos do Golpe de 1964 – Luiza Bairros”, São Paulo, março de 2014, Disponível em: <<https://youtu.be/nnKAiQ5teN4>>. Acesso em: abril de 2017. Luiza Bairros participou do III Fórum do Pensamento Crítico: Autoritarismo e Democracia no Brasil e na Bahia, 1964-2014, fazendo uma fala na mesa “Quais as heranças culturais e comunicacionais da ditadura civil/militar?”, durante a qual problematizou os significados das camadas de apagamento da presença negra nas lutas democráticas do período da ditadura e até mesmo propôs eixos de pesquisa necessários para se enfrentar essa grave lacuna. A íntegra do discurso pode ser assistida em Fundação Perseu Abramo, “Mesa 4 – Quais as heranças culturais e comunicacionais da ditadura civil/militar?”, Salvador, 26 de março de 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/8iwwOAZn-wk>>. Acesso em: abril de 2017.

defesa da democracia. Esse foi o caso, por exemplo, do Grupo Palmares, da equipe da revista *Tiçã*o e do Instituto Leopold Senghor, que também editou um boletim.¹⁵

Sabemos muito bem que esse estranhamento das agendas negras entre as organizações de esquerda não foram um “privilégio” de Porto Alegre, nem do Rio Grande do Sul. Dessa tendência, até mesmo a Bahia e o Maranhão, estados de maiorias negras, não se safaram. Mas os primeiros passos de Luiza levantam outra pergunta também importante de ser feita quando nos interessamos pelas trajetórias de pessoas negras naquele contexto: por que ela não fez parte dos coletivos de intelectuais negros que se formaram e eram por ela identificados? Ela era uma pessoa que se sabia negra, foi criada numa família negra, frequentou o Floresta Aurora — o clube social negro mais antigo de Porto Alegre —, e sabia da existência de dias diferenciados para bailes para negros e brancos até mesmo na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, bem como dominava outros códigos da sociabilidade racializada em que crescera. O cabelo alisado com corte chanel, usado até 1979, estava longe de ser um atestado de distanciamento da realidade negra ou do desejo de embranquecimento.

Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, em 2015, ela deu algumas pistas de como conseguiu transitar em meio a essas interdições. Algo determinante foi que teve “a sorte de estar dentro de uma família que nos preparou muito bem para poder navegar dentro dessa realidade da cidade”. Isso lhe facultou condições para encarar ou evitar situações de discriminação abertas ou dissimuladas. Em suas palavras:

A discriminação mais explícita eu sofri na adolescência, quando ia ao edifício onde moravam colegas brancas da escola e sempre havia um porteiro disposto a me indicar a porta do elevador de serviço. Aquilo era

¹⁵ O Grupo Palmares foi fundado em 1971 por quatro estudantes universitários, tendo outras pessoas se incorporado e se dispersado ao longo da década. O poeta Oliveira Silveira, um dos fundadores, também compôs tempos depois a equipe da revista *Tiçã*o, em 1978. Outro grupo de pessoas também com formação universitária esteve envolvido com a criação do Instituto Leopold Senghor, a partir de 1977. Entre os registros e análises disponíveis, informações a esse respeito podem ser encontradas em Deivison Moacir Cezar de Campos, “O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico” (Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUC-RS, 2006); *Tiçã*o, ano 1, n. 1 (1978); ano 2, n. 2 (1979); *Senghor*, ano 1, n. 1 (1979).

explícito. Quando eu circulava dentro dos códigos mantidos pela cidade, não havia problema. O complicado era quebrar o código e passar a circular em lugares onde a presença é tida como estranha.¹⁶

Sendo a população negra da cidade formada por centenas de milhares de indivíduos, não havia, pois, um único modo de essas pessoas existirem. Algo comum às simplificações acerca das chamadas alteridades é a inclinação de pensar que um evento ou situação seria acessível a todos e todas do grupo em desvantagem social, o que acaba por impedir que os limites naturais a uma existência humana sejam vistos. No caso de Luiza, como uma jovem que foi conquistando sua possibilidade de ser intervindo no movimento estudantil e entre lideranças majoritariamente brancas, não era simples se firmar em muitas outras frentes, embora aproximações e experimentações estivessem no horizonte de possibilidades. Ainda na entrevista ao *Zero Hora*, ela falou exatamente da dificuldade de inserção nas organizações negras existentes: “O movimento negro em Porto Alegre era muito fechado, muito restrito. Você só entrava nos grupos depois de uma referência de alguém, e a verdade é que eu nunca consegui participar”.¹⁷

Assim, concluída a faculdade, sendo negra e distante das organizações políticas e culturais negras, Luiza seguiu construindo sua trajetória, envolvendo-se em atividades fora de seu estado de origem, o que acabou lhe permitindo voltar a Salvador. Em julho de 1979, ao participar da 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Fortaleza, travou contato com intelectuais-ativistas integrantes de entidades do Movimento Negro que, desde as três edições anteriores, passaram a apresentar suas pesquisas sobre a questão racial, com o intuito de disputar a legitimidade do discurso acadêmico. Embora sejamos incapazes de precisar neste momento com quem exatamente ela se encontrou, uma notícia dada pelo *Jonegro* assegura que, no encontro de 1978, nomes como Eduardo de Oliveira e Oliveira, Nelson Carneiro, Beatriz Nascimento, Carlos Alberto Medeiros, entre outras/os, ocuparam

¹⁶ “‘Havia quem me indicasse o elevador de serviço’, lembra ex-ministra negra de época em que viveu no RS (Entrevista concedida a Jones Lopes da Silva)”, *Zero Hora*, 17 jan. 2015, disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/havia-quem-me-indicasse-o-elevador-de-servico-lembra-ex-ministra-negra-de-epoca-em-que-viveu-no-rs-4682898.html>>. Acesso em: jan. 2017.

¹⁷ Entrevista concedida a Jones Lopes da Silva

dois simpósios e uma mesa redonda da programação oficial, iniciada dias depois do ato em frente ao Teatro Municipal de São Paulo que marcou a fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).¹⁸ Na reunião do ano seguinte, é mais que provável, portanto, que Luiza Bairros tenha encontrado com mais gente não apenas expondo resultados de pesquisas, mas também falando com empolgação sobre o MNU. O impacto daqueles diálogos e mais alguns dias a passeio na capital baiana acabariam definindo a trajetória daquela afro-gaúcha de 26 anos.

Foi então que, por força da coragem e algum planejamento, Luiza Bairros tomou a decisão de se mudar para Salvador em 1979, no mesmo ano em que também concluiu uma especialização em Planejamento Regional pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Se a cidade que a recebeu já não oferecesse razões suficientes para ela querer ficar, Luiza ainda foi alguém que teve os melhores olhos para se ver nas pessoas, nos espaços e nos desafios do lugar.¹⁹ A Salvador de Luiza, logo de cara, foi vivida com gente da grandeza de Jônatas Conceição da Silva, com quem se casou, Ana Célia da Silva, Vanda Sá Barreto, Luiz Orlando da Silva, Valdecir Nascimento e mais um tanto de outras com quem compartilhou lutas e lugares como as reuniões do MNU, a Terça da Benção, o Bar do Tampinha, a Ladeira do Curuzu e por aí vai. As atividades profissionais desenvolvidas na Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, gerenciando Programas de Apoio ao Trabalhador Autônomo e integrando a equipe de pesquisa do Sistema Nacional de Emprego da Superintendência Baiana para o Trabalho (Sine-BA/Setre), foram, de tal sorte, articuladas, conciliadas e alimentadas pela ação militante.

Trabalho como ação de pessoas com raça e gênero

Em seu fazer diário, Luiza Bairros desenvolveu uma capacidade sofisticada para aprofundar a leitura da realidade que a cercava. Sempre teve em vista que a chamada massa trabalhadora é composta por pessoas, e que essas pessoas são homens e mulheres. Suas faces e todo o restante dos

¹⁸ *Jornegro*, ano 1, n. 4 (1978), pp. 2 e 8. O ato de fundação do MNUCDR aconteceu em 7 de julho de 1978; já a 31 Reunião Anual da SBPC se deu entre 11 a 18 de julho do mesmo ano.

¹⁹ Luiza recebeu o título de cidadã baiana em 28 de novembro de 2013, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, por proposição da deputada Fátima Nunes, do PT.

seus corpos, por suposto, trazem características às quais são atribuídos significados que legitimam possibilidades distintas de acessos a direitos, bens, serviços, postos no mercado de trabalho, e, portanto, definem os lugares sociais e as maneiras como pensamos a respeito de tudo isso. Vivendo num país fundado na escravidão de africanos e seus descendentes, os/as trabalhadores/as negros/as dos tempos recentes, mesmo livres, carregam no corpo as marcas que os conectam a um passado em que a negação de direitos estava dentro da normalidade. De fato, mesmo após cem anos da abolição legal da escravidão, ter maiores concentrações de melanina na pele, cabelos crespos e outros traços corporais que remontam a ancestralidades não brancas segue sendo critério para a negação ou a limitação de cidadania em todo o território nacional. Curiosamente, essa espécie de obviedade não era e nem tem sido facilmente aceita por todos os segmentos de nossa população.

A fim de evidenciar a “insidiosa discriminação racial que atravessa a história da constituição do capitalismo no Brasil”²⁰, Luiza, ao se instalar na Bahia, dedicou muito de suas reflexões, textos publicados a partir de meados da década de 1980 e também seu Mestrado em Ciências Sociais²¹ ao tema da participação do negro na força de trabalho na região metropolitana de Salvador, entre os anos 1950 e 1980, indo de encontro à ideia de “paraíso racial” bastante defendida à época.²² O recorte temporal da sua pesquisa remete a momentos decisivos para as transformações da estrutura produtiva e de emprego na região, com destaque para o impacto gerado pela implantação da Petrobras e a criação do Centro Industrial de Aratu e do Polo Petroquímico de Camaçari. Afora demonstrar por meio de dados quantitativos a dinâmica da desigualdade racial e de gênero na capital baiana, Luiza enfrentou um desafio ainda hoje caro à história social do trabalho, sobretudo em se tratando do período que seguiu ao 13 de maio de 1888, a saber: desenvolver habilidades de pesquisa capa-

²⁰ Luiza Bairos, “Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1988), p. 289.

²¹ Luiza Bairos desenvolveu sua dissertação de Mestrado, sob a orientação de João José Reis, contando com bolsa da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

²² O quesito cor/raça foi excluído do Censo de 1970. A coleta desses dados foi retomada no Censo de 1980, no questionário da amostra domiciliar. A reincorporação dessa variável foi objeto de muito debate e pressão de ativistas e acadêmicos.

zes de superar a percepção dos/as negros/as como meros/as “fazedores de cultura” e incorporá-los/as como sujeitos da estrutura produtiva, do mundo do trabalho livre.²³ Em suas palavras:

É importante observar que a circunscrição do negro a essa esfera [da cultura] tem representado uma forma nem sempre sutil de discriminação. Determinados elementos da cultura popular são erigidos em símbolos válidos para o conjunto da sociedade; no entanto, não se reconhecem seus criadores fora desse contexto. [...] O fato de a sociedade usar a cultura negra em seu benefício oculta, entre outras violências, um estado de dominação e preconceito raciais.²⁴

Ativista do MNU e integrante da equipe do Sine-BA/Setre, Luiza monitorou dados de uma série histórica que permitiram enxergar a localização e a movimentação de mulheres e homens negros numa estrutura produtiva cujo dinamismo dependia fortemente dos rearranjos da subordinação dos trabalhadores a partir da hierarquização de raça e gênero. Uma vez que a complexidade da sociedade baiana não se resumia ao registro de classe, não surpreende a visualização em termos estatísticos de como a terceirização, sobretudo a partir das empresas de prestação de serviços de limpeza, se beneficiou da superexploração das mulheres negras. Seguindo esse percurso, também não é por coincidência que se chega ao fato de que o rebaixamento da força de trabalho feminino negro mantinha vínculos com a inserção precoce e subvalorizada dos/as filhos/as dessas mulheres no mercado de trabalho formal e informal.²⁵

De tal sorte, essas iniquidades puderam ser percebidas não apenas na sub-representação dos negros nas ocupações de maior prestígio ou que exigiriam maior escolaridade. As diferenças em termos de rendimentos entre negros e brancos empregados num mesmo segmento de atividades cujo alto nível de especialização/escolarização fosse requisito para o emprego colocavam em xeque o argumento de que o acesso à educação

²³ Cf. Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes, “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social*, v. 18, n. 1 (2006), pp. 214-40; e Álvaro Nascimento, “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”, *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59 (2016), pp. 607-26.

²⁴ Bairos, “Pecados no ‘paraíso racial’”, pp. 292-3.

²⁵ Luiza Bairos, “Reflexão sobre o trabalho do menor”, *Força de Trabalho e Emprego*, v. 3, n. 7 (1986), pp. 3-6.

por si só seria garantia de mobilidade social e instrumento de promoção automática de equidade. Em seus artigos publicados até o início dos anos 1990, Luiza Bairos foi, de fato, ampliando sua percepção e análise da “funcionalidade do racismo e do sexismo nas sociedades capitalistas”, atentando para o fato de, mais que o gênero, a raça respondia como fator sobremaneira eficiente na produção de desigualdades.²⁶ Numa outra edição do mesmo texto, escreveu:

Os preconceitos sexistas, que determinam a concentração de mulheres em determinadas ocupações, num certo sentido criam uma “reserva de mercado” para as mulheres, que assim asseguram espaço de atuação econômica pouco disputado pelos homens, maioria na composição da força de trabalho. Por outro lado, os preconceitos racistas reconfiguram esta situação, provocando a menor participação relativa de trabalhadoras negras nas ocupações socialmente mais valorizadas, ainda e mesmo que estas sejam consideradas como tipicamente femininas.²⁷

Esse cenário, por certo, nos remete a um outro campo em que o pensamento/ação de Luiza Bairos produziu efeitos importantes, a saber, o dos encontros e confrontos com o Movimento Feminista, assunto que será abordado logo mais.

Interessa, antes disso, registrar que o contínuo acompanhamento dos dados relativos às taxas de participação no mercado de trabalho também permitiu a análise do desemprego como um aspecto central da experiência dos trabalhadores, em especial de trabalhadores/as negros/as. Finalizado o mestrado, Luiza desenvolveu a pesquisa “Negros e brancos num mercado de trabalho em mudanças”, inserida no projeto mais amplo, *Classes, etnias e mudanças sociais*, do Centro de Recursos Humanos da UFBA, em articulação com a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (Setras). Embora o foco do estudo estivesse justamente nas alterações pelas quais vinha passando a região metropolitana de Salvador, a oportunidade foi aproveitada para registrar e se contrapor ao peso da crença na “cultura do ócio”, que ia de encontro às possibilidades de empregabilidade de homens e mulheres negros.

²⁶ Luiza Bairos, “O reforço da subordinação”, *Força de Trabalho e Emprego*, v. 2, n. 5 (1985), p. 22.

²⁷ Luiza Bairos, “Mulher negra: o reforço da subordinação”, in Peggy Lovell (org.), *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo* (Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991), p. 192.

Como argumentou no artigo “Desemprego: o negro é o primeiro que sobra” — título inspirado no slogan do MNU para o 1º de Maio de 1989 —, a “presença significativa de negros em ‘cantos’ modernos, ao redor das feiras, mercados, barracas, terminais de ônibus”, vista através das lentes do preconceito, alimentava a falsa imagem “de uma eterna condição de inatividade”, mascarando, assim, uma perversa rotina de precarização das condições de trabalho e do próprio trabalhador. Na contramão do que essa ideologia era e é capaz de fazer crer, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), para o período de dezembro de 1987 a março de 1989, confirmavam que “estes contingentes de supostos ‘não-trabalhadores’ [apresentavam] a maior proporção de pessoas de 10 anos e mais que [trabalhavam ou procuravam] emprego”.²⁸

Ademais, à luz dos números que expressavam o alcance das desigualdades raciais na conformação das experiências de desemprego aberto e oculto, suas análises não deixavam dúvidas até mesmo sobre o fato de trabalhadores negros terem menos condições de estabelecer os termos da oferta de sua força de trabalho, seja em conjunturas de retração, seja em momentos de expansão do mercado de trabalho; bem como de sua permanência no emprego depender menos do perfil da oferta ou de aspectos puramente objetivos. Não por acaso, o trabalho precário aparecia como “o tipo de desemprego oculto mais proeminente entre os negros”, compreendendo esse as “pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não remunerado, em ajuda a negócios de parentes) e procuraram efetivamente emprego nos últimos 30 dias ao da entrevista ou nos últimos 12 meses”. Isso permitia dizer que, para os negros, “em qualquer das alternativas – ocupação ou desemprego – a precariedade [aparecia] como um traço definidor do exercício do trabalho”.²⁹

Mulheres negras, encontros, confrontos e encantos

Nas últimas décadas do século XX, ainda eram bastante aceitos e comuns nos jornais os anúncios de emprego que requeriam “boa aparência”, so-

²⁸ Luiza Bairos, “Desemprego: o negro é o primeiro que sobra”, *Força de Trabalho e Emprego*, v. 9, n. 1 (1992), p. 19.

²⁹ Luiza Bairos, “Desemprego”, pp. 20-4.

bretudo para a ocupação de vagas nas áreas administrativas e do comércio. Esses eram ramos de atividade de marcante empregabilidade feminina. O atendimento ao requisito, porém, por força do racismo, tornava a presença de mulheres negras indesejável ou mesmo incompatível com as vagas oferecidas. Reconhecer essa situação de desvantagem agravada, ao mesmo tempo em que se acompanhava a situação das trabalhadoras domésticas, conduzia intelectuais como Luiza Bairos a uma reflexão mais complexa sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho e, inevitavelmente, sobre a maneira como as correntes dominantes do movimento feminista e da esquerda lidavam com essa realidade. No artigo “Mulher negra: o reforço da subordinação”, ela equaciona o problema: “Como esta situação beneficia a trabalhadora branca, é mais difícil tê-la com aliada na luta contra a imposição de um padrão estético que exclui o negro, e a mulher negra em particular”.³⁰

Um pouco diferente de Lélia Gonzalez, que desde a década de 1970 fazia do diálogo com o movimento feminista uma frente de atuação estratégica e prioritária, Luiza Bairos formulou suas primeiras reflexões sobre a questão de gênero sobretudo a partir da atuação no MNU, do convívio e da observação direta do cotidiano das mulheres negras dentro da comunidade negra e no restante da sociedade. É certo que Lélia, fundadora do MNU, do Grupo de Mulheres do MNU-RJ e do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, desempenhou uma ação importante, mesmo que muitas vezes indigesta, em face do movimento feminista, que passava por conviver com a pecha de “criadora de caso”. Como declarou posteriormente em entrevista ao *Jornal do MNU*, mesmo havendo quem se preocupasse com a questão racial no interior do movimento de mulheres brancas,

havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas, etc. [...] porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando.³¹

³⁰ Luiza Bairos, “Mulher negra: o reforço da subordinação”, p. 193.

³¹ Entrevista Lélia Gonzalez, *Jornal do MNU*, n. 19 (1991), p. 9. Entrevista realizada, em Salvador, por Jônatas Conceição da Silva, e editada por Edson Cardoso.

A experiência de Lélia, como é sabido, exerceu forte influência sobre as ativistas negras da geração de Luiza – e não apenas entre aquelas vinculadas ao MNU.³² Mesmo que nem todas lidassem com a trajetória de Lélia da mesma maneira, Luiza foi uma das que se valeram do seu modo de atuação para afirmar as mulheres negras como sujeitos políticos. Em 1981, ela, Ana Célia da Silva, Maria do Amparo, Teresa Alfaya e outras criaram o Grupo de Mulheres (GM) do MNU-BA.³³ O grupo, mais do que uma plataforma para disputar com o movimento feminista de protagonismo branco, era uma ferramenta essencial para a formação e o fortalecimento das que se aproximavam da militância negra, muitas delas mais jovens, sem muito traquejo da fala pública e outros elementos da performance nos movimentos sociais.

Os desafios colocados eram diversos, simultâneos e passavam, de imediato, pela desconstrução da chamada “baixa autoestima”, impulsionada pela pouca confiança depositada nelas por colegas de dentro e fora da militância. Como um elemento a mais, tal como aconteceu em outras localidades, no primeiro momento, também se assistiu em Salvador a homens negros se projetarem e serem entendidos como os grandes nomes do MNU, enquanto as mulheres, via de regra, eram pressupostas como as secretárias, destinadas aos bastidores. Ocorre, porém, como relembra Valdecir Nascimento:

O Grupo de Mulheres, quando chega, vai fazer a pressão para o rompimento dessa situação de subalternidade. A partir daí nós vamos fazer um trabalho de consolidação do movimento, de base, comunitário, muito mais contundente. [...] É quando a gente vai criar, por exemplo, uma peça de teatro em que se problematiza uma série de questões, inclusive a relação dos militantes com suas mulheres e companheiras de luta.³⁴

Iyá ou Anônimas Guerreiras Brasileiras é o título da peça a que ela se refere, na qual atuaram as atrizes Avalice Amorim, Bebel Ribeiro, Luiza Bairos, Marinalva Barreto, Rejane (Ferreira) Maya, Saraí Reis e

³² Luiza Bairos, “Lembrando Lélia Gonzalez”, *Afro-Ásia*, n. 23 (2000), pp. 347-68.

³³ Além do Grupo de Mulheres, que respondia pelo GT de Gênero, segundo relatado por Landê M. Munzanzu Onawalê (Reinaldo Santana Sampaio), também se formaram os GTs de Educação – Robson Silveira da Luz e de Cultura, os quais atuavam em colaboração, não sendo demarcadores de conflitos internos. A conversa em que Landê Onawalê explica detalhes da organização do MNU-BA foi realizada com Ana Flávia Magalhães Pinto, via telefone e e-mail, no início de junho de 2017.

³⁴ Entrevista com Valdecir Nascimento.

Valdicélia Pedreira do Nascimento. Antonio Godi e Firmino Pitanga foram procurados e assumiram a direção e a preparação artística, que incluía coreografias e interpretação do texto construído coletivamente. A equipe de produção e apoio contava com o empenho de Jussara Oliveira, Lúcia Espírito Santo, Valdeci Santos, Adriana Emília, July Joy, Maria do Amparo, Tereza Espírito Santo, Valdecir Nascimento e Zelita Lopes. O trabalho de corpo foi ainda acompanhado pelos percussionistas Djalma, Josafá e Lázaro. Os ensaios e a estreia, por fim, aconteceram no Centro de Cultura Popular, atual Forte da Capoeira, localizado no Largo de Santo Antônio, já em 1982.³⁵

Por meio das personagens Tonha, Margô, Jandira, Lourdes e Noemia — conhecidas “de todos nós, só que geralmente não paramos para pensar nelas, às vezes até parece que a opressão que sofrem é normal” —, ao longo de anos, foram trabalhados temas como estética e boa aparência, exploração sexual, mercado de trabalho, educação, planejamento familiar, relação com homens negros (problematizando até mesmo os padrões de relacionamentos inter-raciais dos homens negros, mais prósperos, que trabalhavam no polo petroquímico) e a participação das mulheres no movimento social. Para elas, o teatro se mostrava uma linguagem eficiente para pautar a discussão em meios onde o formato do discurso mais afastava do que aproximava. Como registrado no programa da peça, desde a criação do GM no ano anterior, havia uma preocupação em “encontrar uma forma mais dinâmica de comunicar ao maior número possível de pessoas o que discutimos sobre a discriminação da mulher negra na sociedade em que vivemos. A simples leitura e discussão de textos dentro do grupo não satisfazia, era preciso abrir a roda, levar a reflexão para fora do próprio grupo”.³⁶

Valdecir Nascimento, Rejane Maya, Firmino Pitanga e Saraí Reis, pessoas consultadas a respeito desta peça, foram unânimes em apontar a centralidade de Luiza na idealização e na concretização do projeto.³⁷ Embora ela não tivesse se mantido no posto de atriz por muito tempo, de

³⁵ *MNU apresenta Iyá – Anônimas Guerreiras Brasileira* (Programa da Peça), Teatro do Centro de Cultura Popular Forte Santo Antonio, 21 dez. 1982, às 18h30. Acervo pessoal de Firmino Pitanga.

³⁶ *MNU apresenta Iyá*

³⁷ Entrevistas foram feitas por Ana Flávia Magalhães Pinto com a estilista Saraí Reis (23 de abril de 2017), a atriz Rejane Maya (26 de abril de 2017) e o bailarino e coreógrafo Firmino Pitanga (26 de maio de 2017), além de Valdecir Nascimento, citada anteriormente. Tempos depois, Luiza teve papel importante na criação da Cia dos Comuns, fundada e dirigida por Hilton Cobra, e em ações da política de cultura negra, a exemplo do Fórum de Performance Negra, iniciado em 2005.

acordo com o relato de memória de Rejane Maya, ainda seguiu acompanhando de outras maneiras as apresentações, que não se limitaram a Salvador. O tempo da performance variava de acordo com a estrutura disponível e o objetivo da intervenção. O canto em conjunto da música tema do espetáculo, de autoria de Miguel Lagdbá, inspirada no poema “Salve, mulher negra”, de Oliveira Silveira, foi, aliás, aproveitado em intervenções de mulheres negras não só do GM em outras oportunidades.³⁸

Interessante pensar como esse trabalho cênico foi apenas parte de uma ação mais complexa, que contribuiu decisivamente para que o MNU-BA pudesse ser protagonista na promoção do movimento de cine-clube nos bairros, de debates, seminários, palestras em escolas públicas, feiras, banca de reforço escolar, ações que impulsionaram até mesmo o surgimento de associações comunitárias atuantes ainda hoje. “A gente fazia atividade com criança em bloco de índio no Garcia, carregava caixa de som no carro, fazia comida, limpava o espaço da atividade. A gente fazia tudo. Era uma militância muito completa, que te ensinava a atuar de todas as formas” – recorda Valdecir, salientando o protagonismo feminino. Só que isso não agradou a todos. Como Luiza mesmo detalhou em entrevista à pesquisadora Silvana Santos Bispo:

Fizemos na verdade um programa que foi quase uma “capacitação”, à nossa moda. A gente não dava este nome, mas era o que a gente fazia. [...], pois, nas reuniões que tínhamos durante a semana – dia de quarta-feira nem sempre dava para discutir tudo – então a gente tinha reuniões aos sábados que também eram os momentos que recebíamos pessoas novas interessadas em participar, e, aproveitávamos para discutir algumas questões com mais profundidade [...]. Então, o que nós mulheres fazíamos? Nós reuníamos as mulheres pela manhã, e a gente pegava toda

³⁸ “Rainha Jinga de Angola, / soberana quilombola. / Aqualtune do Palmar, / sangue real dos bravos. / Felipa do Pará, / chefe de negros livres, não escravos. / Luiza Mahin e preta Zeferina / o que a baiana tem / de heroína. // Salve, mulher negra, / nesses exemplos dignos! // Harriet Tubman também: / liberdade leste-norte / para escravos leste-sul, / Quantas guerreiras, África liberta, / em tuas trincheiras alertas? / Quanta anônima guerreira / brasileira, / sul-centro-norte-americana, / cotidiana? // Salve, mulher negra / na luta que nos irmana”. O poema “Salve, mulher negra”, de Oliveira Silveira, foi publicado em Quilombhoje (org.), *Cadernos Negros*, n. 3 (São Paulo: Gráfica Liberdade, 1980), p. 119. A partir disso, Miguel Lagdbá escreveu a letra da música “Anônimas Guerreiras Brasileiras”: “Luiza Mahin / Chefa de negros livres / E a preta Zeferina / Exemplo de heroína / Aqualtune de Palmares / Soberana quilombola / E Felipa do Pará / Negra Ginga de Angola / África liberta / Em tuas trincheiras / Quantas anônimas / Guerreiras brasileiras”.

pauta da reunião que ia haver de tarde, e discutíamos a pauta da reunião toda antes, porque entre nós todo mundo falava. Então, era muito bacana, porque daí quando o restante da militância chegava, que eram os homens realmente, nós já estávamos super aquecidas e quando chegava na hora da reunião todo mundo tinha uma opinião, todo mundo se manifestava, todo mundo tinha uma ideia. E a reação da maior parte dos homens foi muito ruim a este processo. Eles diziam que quase estávamos formando uma tendência dentro do MNU porque vínhamos para as reuniões com as opiniões formadas, e não passávamos por aquele processo junto com eles de construir as ideias.³⁹

Pois foi fundamentada em construções a partir do Grupo de Mulheres do MNU que Luiza Bairros ganhou proeminência na militância negra tanto em nível local quanto nacional logo nos anos 1980, assumindo posições na Executiva Nacional do MNU e pautando encaminhamentos da entidade. Foi assim também que, junto com várias outras, ela chegou ao III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (1985), em Bertioxa, São Paulo, vocalizando aspectos centrais desse lugar de fala:

O temor que algumas pessoas demonstraram, nas conversas que tive com elas, de que o tratamento de questões sociais, políticas, econômicas pudesse vir a descaracterizar o objetivo maior do feminismo, eu acho que é infundado. A nosso ver, eu digo a nosso ver de mulheres negras [...] houve um primeiro momento de necessidade do movimento feminista de manter uma unidade, um certo fechamento, no bom sentido da palavra, em cima de questões específicas, mas eu creio que agora é o momento de nós começarmos a olhar o que existe de diferente e o que existe de aparentemente contraditório dentro do movimento. Na hora em que a gente olhar isso de frente, vai ter sido dado um salto qualitativo e quantitativo muito importante. [...] A gente não pode de maneira nenhuma esquecer que na América Latina e no Caribe a grande maioria das mulheres não é branca. Por não serem brancas, têm uma forma muito especial de inserção na sociedade determinada por essa condição.⁴⁰

³⁹ Silvana Santos Bispo, “Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997)”, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2011, p. 150.

⁴⁰ “CULTNE DOC – [III] Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe”. Disponível em: <<https://youtu.be/UTMNtN2jOVs>>. Acesso em: dez. 2016. Neste encontro, um grupo de cerca de quinze mulheres negras encerrou a intervenção de Luiza Bairros cantando a música “Anônimas Guerreiras Brasileiras”.

Esse questionamento colocava em xeque o alcance do projeto de libertação do feminismo brasileiro e latino-americano em sua presumida origem e periodizações; e, obviamente, não resultou na imediata alteração das visões e práticas vigentes. Em vez disso, a legitimidade dos enfrentamentos protagonizados por mulheres negras estava longe de ser entendida, aceita e incorporada. Que o diga a reação de mulheres brancas que tentaram relativizar sua participação na opressão de raça e classe ao serem criticadas acerca da organização do IX Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns-PE, em 1987.⁴¹ No ano seguinte, por ocasião de sua fala “A mulher negra e o feminismo” no I Seminário Nacional “O feminismo no Brasil – reflexões teóricas e perspectivas”, promovido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), Luiza recuperaria o episódio para ser ainda mais contundente:

A mulher negra, no final dos anos 70, já identificava o Movimento Feminista como um aliado forte, mas essa coisa de democracia racial não permitiu essa aliança. Diante da necessidade de mascarar esse conflito, nós acabamos partindo para o estabelecimento de uma falsa harmonia; muito beijo, muita mão no ombro, redundando numa atitude extremamente paternalista. E o paternalismo, todas nós sabemos, é uma das piores formas de autoritarismo que existem. Na relação do branco com o negro no Brasil, o negro é tido como alguém extremamente infantilizado, o que, portanto, precisa ser conduzido.⁴²

A assertividade de Luiza indiscutivelmente causava abalos não só ali. Se, por um lado, ela mesmo assim era ouvida; por outro, é preciso atentar para o fato de que a sua voz era fortalecida pela movimentação de outras tantas mulheres negras – e também homens – organizadas nas diferentes regiões do país.⁴³ A título de amostra dos espaços em que ela

⁴¹ Esse episódio é também recordado em Joselina Silva, “I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980”, in Joselina Silva e Amauri Mendes Pereira (orgs.), *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil* (Belo Horizonte: Nandyala, 2014), pp. 13-39.

⁴² Luiza Bairros, “A mulher negra e o feminismo”, in Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria B. Sardenberg (orgs.), *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas* (Salvador: NEIM/UFBA, 2008), p. 144.

⁴³ Reconhecendo ainda outras formas de engajamento político de mulheres negras, Sônia Beatriz dos Santos desenvolve um levantamento de organizações não governamentais dirigidas por esse segmento populacional e apresenta um quadro que inclui grupos e entidades fundadas a partir da década de 1950. A contar até 1988, afora os grupos de mulheres do MNU, as organizações que explicitavam

circulava e que lhe davam sustentação, afora os Congressos do MNU e os Encontros de Negros do Norte e Nordeste em anos anteriores, foram realizados, naquele 1988, uma reunião preparatória para I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) e o II Encontro Estadual de Mulheres Negras da Bahia, em Salvador; e o próprio I ENMN, em Valença-RJ.⁴⁴ Essas foram oportunidades aproveitadas para aprofundar, de modo ampliado e concentrado, as reflexões sobre a presença histórica e contemporânea das mulheres negras nas lutas por liberdade e direitos, o que incluía discutir sobre o racismo e o sexismo em larga escala, a relação com o feminismo branco, a vigência do machismo nas organizações negras mistas e a deficiência da esquerda partidária em incorporar tudo isso como central em sua prática.

Mesmo assim, havia do “lado de cá” um nítido esforço para que se admitisse um protagonismo feminino negro de fácil observação – evidente mesmo para quem tivesse olhos para ver – no cotidiano da militância. As reflexões sobre as vulnerabilidades das mulheres negras e seu papel na sociedade, ademais, permitiam que muitas defendessem a consolidação da autonomia desse segmento tanto em relação ao movimento feminista quanto ao movimento negro. Essa, entretanto, não foi a tendência adotada por Luiza. Não se tratava de negar a visão e as posturas machistas que legitimavam uma exaltação da pessoa de homens negros em organizações mistas como o MNU, muitas vezes às custas da subvalorização e até do apagamento da ação das mulheres. Mantendo uma coerência com sua avaliação de que, por força do passado escravista, o racismo, mais do que o sexismo, exercia maior impacto na produção de desigualdades no Brasil, ela investiu sua militância na possibilidade de mulheres negras ocuparem todos os espaços possíveis, o que incluía a direção das entidades do movimento negro. Afinal, era assim

a marcação racial de gênero que ali aparecem são: Conselho Nacional de Mulheres Negras/RJ (1950), Reunima – Reunião de Mulheres Negras Aquilune/RJ (1978), Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa/MA (1986), Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo/SP (1982), Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras/RJ (1983), Fala Mulher Meriti/RJ (1983), Coletivo de Mulheres Negras/ MG (1986), Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/SP (1986), Geledés – Instituto da Mulher Negra/ SP (1988). Sônia Beatriz dos Santos, “As ONGs de mulheres negras no Brasil”, *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2 (2009), pp. 275-88.

⁴⁴ Um registro audiovisual deste I Encontro, no qual se encontra um trecho da fala de Luiza Bairros em uma das mesas da programação oficial, encontra-se em “CULTNE DOC – I Encontro Nacional de Mulheres Negras”, disponível em: <<https://youtu.be/VLib9atLXW0>; <https://youtu.be/orqNa-NTC58>; <https://youtu.be/a5bEJyPW1qU>>. Acesso em: jan. 2017.

que se entendia o papel histórico das mulheres negras na manutenção e proteção das famílias e coletividades negras. Nisso ela também se aproximava de Lélia Gonzalez, que dizia:

Dentro da proposta do feminismo que a gente está tentando colocar, me parece fundamental não perder de vista a relação homem negro/mulher negra. [...] Porque tem que ser uma coisa dinâmica, sobretudo porque fazemos parte de uma comunidade que é discriminada pela dimensão racial.⁴⁵

A julgar pelos relatos e a frequência e variedade de textos de autoria feminina veiculados nas páginas dos jornais do MNU e sobre as agendas promovidas por mulheres negras, havia fortes razões para Luiza Bairos ter alimentado seu pertencimento àquele espaço político até 1994, quando saiu do país para iniciar o doutorado em Sociologia na Universidade do Estado de Michigan.⁴⁶ Embora tenha se deparado com enfrentamentos variados, no período em que esteve no MNU — e depois —, é tranquilo dizer que Luiza conseguiu defender sua perspectiva de luta e se legitimar. Nesse caminho, por exemplo, quando das agitações em torno da formação da Assembleia Nacional Constituinte e da escolha de outras representações para o Legislativo da Bahia, em 1986, ela foi apontada como um nome legítimo para o estado, numa candidatura construída a partir de bases negra e popular, tal como sinalizado nesta nota:

Por decisão do I Encontro de Negros da Periferia, foi criado o Comitê de Negros Pró-Constituinte. Posteriormente, este Comitê ampliou-se para o Comitê Popular Luta pela Constituinte. Sua inauguração foi no dia 12 de abril e na oportunidade foram lançadas as candidaturas de Luiz Alberto para Deputado Federal e de Luiza Bairos e de Paulo Ferreira a Deputados Estaduais. As três candidaturas são pelo Partido dos Trabalhadores.⁴⁷

⁴⁵ Entrevista Lélia Gonzalez, *Jornal do MNU*, n. 19, p. 9.

⁴⁶ Cf. as edições de *Nêgo-Boletim do Movimento Negro Unificado da Bahia*, periódico lançado em Salvador em 1981 que, em 1987, passou a ser o *Jornal Nacional do MNU*. Afora textos assinados por mulheres negras, informes sobre eventos dedicados às temáticas de gênero e raça, destacaríamos o diálogo com a Associação de Empregadas Domésticas e o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas.

⁴⁷ *Nêgo*, n. 10 (1986), p. 6. De acordo com consulta realizada na Rede PT Brasil, base de dados interna do sistema de filiações do Partido dos Trabalhadores (<<http://sisfil.pt.org.br:8080/rpt/>>), Luiza teria se filiado em 29 de junho de 1984. Mesmo sem jamais ter priorizado seu vínculo partidário e sendo bastante crítica à postura da esquerda perante o combate ao racismo, Luiza não se desfiliou do PT depois disso.

Sua campanha contou com o apoio de diferentes setores dos movimentos sociais – entre os quais o movimento feminista via NEIM – e a imagem de uma tulipa negra foi acionada na mobilização, que incluía música, festas e conversa olho no olho, como mencionado por Valdecir Nascimento. Tudo bem artesanal, sem muito suporte do partido e sem dinheiro, como costumam ser as candidaturas não prioritárias. Embora a candidatura não tenha vingado, a presença de seu nome ali pode ser lida de maneira positiva por várias razões. Primeiro porque ela conseguira se projetar num ambiente que favorecia figuras brancas e masculinas. Depois porque alcançara esse reconhecimento mesmo não sendo baiana. Em menos de uma década morando em Salvador, Luiza conseguira, de fato, criar raízes profundas e ser incorporada como membra do lugar com o qual se identificara muito em virtude da maneira como se relacionava com o modo de as pessoas fazerem as coisas acontecer. Como reconheceu na entrevista ao *Zero Hora*, ela devia a Salvador sua imersão no movimento negro: “Era diferente a maneira de como eles se organizavam, com reuniões públicas, muito bem anunciadas”.⁴⁸ Curiosamente, como avalia Valdecir, com Luiza, as mulheres negras tinham se tornado figuras centrais na direção do MNU até mesmo em nível regional.

Passados mais alguns anos, em especial a partir de 1988, a rede estabelecida em Salvador ficaria mais robusta, assim como a articulação com pessoas de outros estados, estreitando-se laços com Edson Cardoso, Lindinalva Barbosa, Silvany Euclênio, Valdélcio Silva, Landê Onawalê, Ângela Gomes, Ivana e Iêda Leal, Luiz Alberto, entre outros. Isso gerou condições favoráveis para que Luiza fosse eleita como a primeira coordenadora nacional do MNU, durante congresso da entidade em 1991, no Rio de Janeiro. Até então, a organização da entidade se dava por meio da Comissão Executiva Nacional (CEN), composta em cada estado por três membros efetivos e três suplentes. A gestão de Luiza marca um esforço de reorganização da entidade por meio de um modelo mais centralizado, mas apoiado no trabalho dos núcleos de base, grupos de trabalhos e coordenações municipais e estaduais.

⁴⁸ “Havia quem me indicasse o elevador de serviço”, lembra ex-ministra negra de época em que viveu no RS (Entrevista concedida a Jones Lopes da Silva), *Zero Hora*, 17 jan. 2015, disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/havia-quem-me-indicasse-o-elevador-de-servico-lembra-ex-ministra-negra-de-epoca-em-que-viveu-no-rs-4682898.html>>. Acesso em: jan. 2017.

Nesse momento, as questões que vinham sendo levantadas pelas e sobre as mulheres — e registradas já nos primeiros documentos oficiais da entidade⁴⁹ — ganham também um novo fôlego:

A luta contra a múltipla discriminação sofrida pela Mulher Negra não deve ser vista apenas como apêndice do avanço de consciência provocado pelo movimento feminista. Também não se restringe à identificação e divulgação das heroínas negras que, no passado, tanto contribuíram no processo de libertação do povo negro.

Era o que defendia o novo *Programa de Ação* aprovado no IX Congresso Nacional, em Belo Horizonte, em 1990, que textualmente apontava a luta combinada contra o racismo e o sexismo como prioridade.⁵⁰

Depois da eleição da Coordenação Nacional, em março do ano seguinte, o I Encontro Nacional de Mulheres do MNU, realizado no final de setembro em Recife, figurou como uma demonstração incontestada de como as mulheres gostariam de estar e ser vistas dentro da entidade e no tempo presente, de modo geral. Incomodava que a relevância da atuação feminina fosse celebrada apenas nas referências ao passado. Abertamente se questionava o fato de “a grande maioria das militantes ainda [assumir] a posição de tarefeira dentro do Movimento, deixando a elaboração intelectual para os homens, muitas vezes até induzidas por eles”. Com representações de sete estados, contando com exposições de Lélia Gonzalez e Jurema Batista, mulheres e homens participaram dos debates ora separadas/os, ora juntas/os, tratando, afora os temas recorrentes, da questão da paternidade responsável e do potencial dizimador da campanha de esterilização promovida via órgãos do governo e por organizações financiadas com capital estrangeiro.⁵¹

Na entrevista concedida a Edson Cardoso, Jônatas Conceição da

⁴⁹ “Cabe às Mulheres do MNU [...] a organização de debates sistemáticos dentro do MNU, para que seus companheiros tenham uma clara consciência dos efeitos de reprodução do machismo enquanto modo de exploração e de perpetuação do mito da superioridade sexual, discutindo para que os companheiros mantenham uma relação respeitosa, de igualdade política com as militantes”. MNU, “Programa de Ação”, in *Caderno do III Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado*, Belo Horizonte, abr. 1982; São Paulo, ago. 1984, p. 13.

⁵⁰ MNU, *Programa de Ação do MNU* (Aprovado no IX Congresso Nacional, Belo Horizonte, 13 a 15 abr. 1990), Salvador, 1992.

⁵¹ MNU – Seção Pernambuco, I Encontro Nacional de Mulheres do Movimento Negro Unificado, *Jornal Nacional do MNU*, n. 20 (1991), pp. 6-7.

Silva e Sayonara da Luz, publicada na vigésima edição do *Jornal do MNU*, Luiza Bairros elabora uma análise qualificada a respeito desse cenário, revisita questões que vinham sendo problematizadas anteriormente e aponta os desafios à viabilidade do projeto político para o Brasil vislumbrado a partir do ponto de vista do povo negro, nos termos da entidade que estava à frente. Ou seja, não se tratava de um “projeto político do negro para o negro”, mas sim de algo pensado pelo negro “para a sociedade brasileira como um todo e levando em conta todos os povos, todas as raças que a compõem”. Dizer isso passava por encarar as reações vindas de “setores políticos dominados por pessoas brancas”, que percebiam a potencialidade desse posicionamento que alterava “a forma de nos colocar perante o Brasil, [pois] nos constituímos, nos efetivamos como uma ameaça do ponto de vista de determinados espaços de poder que existem na sociedade”. A ideia era justamente competir por determinadas posições e romper com o costume que previa que a militância negra ficasse implorando “para que outros setores levem em conta nossas questões, que abram espaços para que o negro possa participar”. Como tal, pensar o papel da mulher negra era fundamental; e essa parte mais longa da entrevista merece ser transcrita:

Desde início dos anos 80, começou dentro do MNU, em diversos estados, a formação de grupos de mulheres. Inicialmente no Rio de Janeiro, onde a Lélia Gonzalez cumpriu um papel muito importante em termos de ter materializado essa discussão no MNU. Ela produziu textos superinteressantes para que nós pudéssemos começar a pensar e formar grupos de mulheres. Assim percebemos que a nossa luta enquanto mulher negra não era algo que estava simplesmente se pondo em função do fato de que o movimento feminista colocava que isso era importante. Não. Aí é que reside a importância da luta antirracista, a capacidade que ela tem de desvendar outros aspectos que não estão aparentemente vinculados ao racismo e a questão da mulher negra provou muito pra gente isso. Porque se estamos numa luta que, em última instância, é contra a exploração e a opressão, todos os mecanismos utilizados para consubstanciar essa exploração acabam aparecendo, emergindo com uma forma muito grande quando tu entras pela questão da raça.

Agora, de todo modo, nós precisamos, no interior do MNU, por ser uma entidade nacional, criar uma política que seja geral, que nos permita dar

maior visibilidade à questão, e colocá-la no centro inclusive das iniciativas que fazemos hoje no sentido de construção desse projeto político. Paralelamente a isso, algo que não se pode se desconsiderar: nós também temos problemas dentro do MNU. Questões vinculadas às formas como se dão as relações entre militantes homens e mulheres. Nós mulheres somos maioria dentro da organização, mas isso por si não garante uma condição de absoluta igualdade nas nossas relações no interior da entidade. E o que acontece em relação a isso? Percebemos que era muito importante dar uma parada para uma discussão mais geral que também envolvesse os homens, porque qualquer transformação que possa vir no papel ou na importância que a mulher tem dentro de determinados contextos, deve significar uma mudança também para os homens. Então, juntando essas preocupações, surgiu a proposta de organizarmos um Encontro Nacional de Mulheres do MNU, com a participação de homens e mulheres, e que aconteceu agora em setembro, em Recife. Um outro aspecto que nos motivou para esse encontro é também o fato de que, em novembro, vai acontecer o segundo Encontro Nacional de Mulheres Negras. Fala-se muito na necessidade de um movimento de mulheres negras autônomas, que não tem a ver com movimento negro e nem com o movimento feminista. Eu questiono isso e acho que, num certo sentido, representa um recuo, inclusive com relação à própria matriz desse tipo de ideia, que é o movimento feminista. Porque nós percebemos hoje que o movimento feminista está cada vez mais se encaminhando para substituir a categoria sexo pela categoria gênero. E a partir dessa categoria gênero, mais do que o sexo em si, é possível discutir o que significa ser homem ou ser mulher numa sociedade. Então, quando se fala em mulher não se pode deixar de falar em homem ao mesmo tempo. A possibilidade que nós tenhamos de resgatar o negro passa pela compreensão dessa complementaridade. O que eu estou dizendo aqui não significa que não existam diferenças entre homens negros e mulheres negras, em absoluto. Os homens negros são atingidos pela questão do machismo assim como os homens brancos. Agora, a nossa perspectiva de trabalhar com essa questão tem que, necessariamente, se diferenciar por conta até da própria história que temos ao longo desses anos. Por que louvamos tanto a participação das mulheres negras nas lutas de libertação do povo negro na época da escravidão, e hoje pretendemos que isso seja separado? Por outro lado, muitas das colocações em relação à existência de um movimento de mulheres negras autônomo é fruto de experiências fracassadas que mulheres tiveram em

entidades que são mistas. Mas ainda não existe uma pauta, uma agenda de reivindicações, que diferencie o movimento de mulheres negras do movimento negro em geral. O fato de uma entidade ser formada só por mulheres não dá a ela o caráter de um movimento autônomo. Ou seja, não é a composição sexual de uma entidade que garante, de imediato, um caráter político diferenciado do movimento negro como um todo. Questões desse tipo é que nós procuramos discutir dentro do Encontro Nacional de Mulheres do MNU.⁵²

Acontece que esse momento do MNU também coincidiu com outras disputas cruzadas dentro do Movimento Negro em sentido amplo, envolvendo diferenças regionais, de formato e perspectivas, com destaque para a relação que distintos setores da militância mantinham com os partidos de esquerda, em especial com o PT e o PC do B, e ainda as de gênero. Isso sem esquecer do peso das aspirações individuais, um dado habitual em cenários políticos de negociação e conflito. Foi, então, que a realização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), em novembro de 1991, no estádio do Pacaembu, em São Paulo, em vez de representar um “movimento nacional aglutinador e articulador”⁵³, acabou sendo um episódio em que conflitos profundos seriam explicitados, tendo desdobramentos severos nas atividades amplas promovidas posteriormente pelo movimento social, a exemplo da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1995), das duas Marchas Zumbi +10 (2005) e ainda da Marcha Nacional das Mulheres Negras (2015). Como resultado do ENEN, foi criada a Coordenação Nacional das Entidades Negras (Conen), cujas lideranças, muitas delas, efetivamente vinham da formação partidária.

Naquele momento em que o MNU buscava firmar uma posição de autonomia, seus representantes até chegaram a ir a São Paulo, mas acabou se retirando do Encontro. A postura assumida por Luiza Bairos novamente seria definidora. Conforme recorda Silvany Euclênio, então do MNU-GO:

⁵² Entrevista Luiza Bairos, *Jornal do MNU*, n. 20 (1991), p. 11.

⁵³ Depoimentos de militantes envolvidos na proposição do I Encontro Nacional de Entidades Negras encontram-se em Verena Alberti e Almicar Araújo Pereira (orgs.), *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC* (Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007), pp. 285-98.

Quando aconteceu esse encontro da Conen em São Paulo, nós chegamos lá e ficou muito explícito que havia um projeto de aparelhamento partidário do Movimento Negro. O MNU se retirou e fez seu encontro num pátio, quase que na calçada. A pessoa que eu mais visualizo à frente do processo, pautando tudo, era Luiza.⁵⁴

Na leitura de Edson Cardoso, essa declaração de independência “isolará nesse contexto o MNU e fortalecerá sua fama de expressão de negros radicais”.⁵⁵ Mas aquele tensionamento e contenda também eram parte do próprio MNU. Portanto, não foi tarefa fácil tentar sustentar a linha ideológica e equacionar a incorporação de quadros da entidade nas gestões municipais conquistadas pelo PT, nas quais muitos/as se envolveram, apostaram expectativas e até conquistaram empregos. O partido efetivamente crescia. E a coordenação de Luiza teve, então, que lidar com isso até o Congresso Nacional em Goiânia, em abril de 1993. Na memória de Silvany:

É quando a gente tem uma polarização muito grande com a apresentação de duas teses: a tese Z e a tese X. Os dois documentos traziam essa polarização de maneira muito explícita. Havia o segmento mais pautado pelo partido e o segmento que discutia com muita ênfase a autonomia e a questão de um projeto do povo negro para Brasil. Eram esses os termos que se colocavam. Nós saímos do Congresso extremamente divididos. Na sequência Luiza vai para os Estados Unidos.⁵⁶

Entre raízes e rotas – diálogos diaspóricos

Em novembro de 1993, o boletim *Conexões*, informativo do Projeto de Pesquisa em Diáspora Africana (African Diaspora Research Project – ADRP), da Universidade do Estado de Michigan, dava as boas-vindas a Luiza Bairos, que ingressava no Doutorado em Sociologia nesta instituição, com financiamento do Programa Latino-Americano de Bolsas de Estudo de Universidades Americanas (Latin American Scholarship

⁵⁴ Entrevista de Silvany Euclênio a Felipe Freitas, em 22 de maio de 2017.

⁵⁵ Edson Lopes Cardoso, “Memória de Movimento Negro – um testemunho sobre a formação do homem e do ativista contra o racismo” (Tese de Doutorado em Educação, USP, 2014), p. 65.

⁵⁶ Entrevista de Silvany Euclênio a Felipe Freitas

Program of American Universities – Laspau).⁵⁷ A pesquisa de Luiza, focada em estudos afro-brasileiros, receberia a orientação da professora Ruth Simms Hamilton, socióloga, coordenadora e fundadora do projeto, iniciado em 1986, que bastante atenção dedicou ao Brasil. A propósito, essa não foi a primeira vez que o nome de Luiza apareceu no *Conexões*. Um ano antes, seu artigo “The Black Question in Brazil: Old Myths and New Challenges” fora publicado na mesma edição em que Regina Domingues, Sueli Carneiro e Luiz Silva Cuti assinavam textos falando, respectivamente, sobre os desafios das coletas de dados sobre cor/raça, a experiência do Geledés e a literatura negro-brasileira, afora outras notícias que registravam a troca de experiências entre acadêmicos e intelectuais-ativistas, a maioria negros, de diversos países além do Brasil e dos EUA, como Trinidad e Tobago, Holanda e África do Sul.⁵⁸

Algo interessante de se ressaltar é que os números desse boletim representam um caminho interessante para se identificar pontos e acompanhar o desenvolvimento de uma rede de interlocução entre pensadores/as negros/as que, fundamentados na ideia de diáspora africana, estabeleceram diálogos em perspectivas comparativa e transnacional. A título de ilustração, naquele mesmo número de 1992, dava-se ainda destaque à realização de dois encontros promovidos no Brasil, com financiamento da Fundação Ford. O primeiro deles foi o Seminário Internacional “Racismo e Relações Raciais nos Países da Diáspora Africana”, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, então sob a direção de Carlos Hasenbalg, na Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Ruth Hamilton esteve presente nesta ocasião e apresentou a comunicação “Race, Nation, and Identification: Articulating Principles of Social Inequality and Racism”. O outro foi dirigido por Milfred Fierce, historiador e diretor do Departamento de Africana Studies do Brooklyn College, CUNY, Nova York, e conselheiro do ADRP. Do Rio, o grupo seguiu para Salvador, onde teve reuniões com pesquisadores, líderes comunitários e de organizações populares — terreiros de candomblé e blocos afro.

⁵⁷ *Conexões – Conexiones, Connexions, Connections*, v. 5, n. 2 (1993), p. 9. Vera Lúcia Benedito e Silvani Valentim são outras duas intelectuais negras que também estiveram vinculadas ao African Diaspora Research Project (ADRP), sendo Vera uma das mais experientes do grupo.

⁵⁸ Luiza Bairos, “The Black Question in Brazil: Old Myths and New Challenges”, *Conexões – Conexiones, Connexions, Connections*, v. 4, n. 2 (1992), p. 11.

Nas imagens que ilustram as matérias, é possível avistar ainda a professora Sheila Walker, à época na Universidade do Texas em Austin. Embora não haja registro fotográfico que ateste que Luiza Bairos tivesse participado diretamente desses encontros, o reconhecimento de Sheila Walker ali faz lembrar que as articulações poderiam ir além dos momentos específicos capturados em retrato ou não. Essa observação se justifica pelo fato de que, ainda em 1988, por ocasião do centenário da abolição no Brasil, Luiza e Sheila contribuíram com reflexões para uma exposição no California Afro-American Museum, em Los Angeles, dedicada a obras de artistas plásticos negros daqui e dos EUA. Os textos foram publicados no livro *Introspectives: Contemporary Art by Americans and Brazilians of African Descent*, fruto do trabalho de Henry J. Drewal, David C. Driskell e Aurelia Brooks. No artigo “Brazil: Birthplace of Racial Democracy?”, Luiza argumenta no sentido de desconstruir a imagem da experiência racial brasileira como diametralmente oposta à estadunidense. Jogando luz sobre as desigualdades e os conflitos identitários gerados pela promessa da redenção via mestiçagem por aqui, ela evidencia as contradições que tornavam insustentável a defesa da ideia de vigência de democracia racial, expõe a profundidade das desigualdades entre negros e brancos e apresenta um panorama das ações políticas empreendidas por indivíduos e organizações negras no pós-abolição. Ao falar sobre as reações à recente fase do Movimento Negro, ela assevera:

Os conservadores criticaram esses eventos como um “problema importado” dos Estados Unidos. Eles ignoravam completamente a possibilidade de esses protestos se originarem em condições específicas à sociedade brasileira. Os progressistas tinham sido educados para ser cegos ao racismo como todos os outros brasileiros. Eles viam a agenda específica de raça do Movimento Negro com uma certa dose de suspeição.⁵⁹

Esse tipo de interlocução internacional, com destaque para os EUA, era algo por que Luiza, de fato, respondia dentro do MNU. E isso foi sendo materializado por diferentes caminhos. Tanto que, em julho de 1991, meses depois de chegar ao posto de coordenadora nacional da

⁵⁹ Luiza Bairos, “Brazil: Birthplace of Racial Democracy?”, in Henry J. Drewal, David C. Driskell e Aurelia Brooks (orgs.), *Introspectives: Contemporary Art by Americans and Brazilians of African Descent* (Los Angeles: California Afro-American Museum Foundation, 1989), p. 24.

entidade, ela, junto com uma delegação brasileira, visitou as cidades de Nova York, Atlanta e Washington, “com o objetivo básico de estabelecer contato com organizações negras de lá. E foi uma experiência extremamente importante, que serviu para reforçar a constatação de que a luta contra o racismo tem que ser internacionalizada”. Em sua avaliação: “A própria situação que o povo negro nos EUA se encontra hoje é um indicador disso. Ou seja, não existe a menor possibilidade de se fazer luta antirracista em qualquer canto do mundo sem pensar que o racismo é motor da exploração mesmo nas sociedades capitalistas avançadas”.⁶⁰

A julgar pelo alcance desses diálogos e contatos, não é exagero dizer que, mais do que as pretensões acadêmicas, esse compromisso com as linhas mestras do projeto político do MNU e da luta contra o racismo contou muito na decisão de investir num doutorado no exterior.⁶¹ Esse entendimento se fortalece quando lemos partes da carta que ela enviou para Edson Cardoso em 2 de dezembro de 1993. Ali ela relata como, mesmo diante das limitações de estar em outro país, seguiu os costumes da militância no mês da Consciência Negra: deu entrevistas a emissoras de rádio, proferiu palestras, elaborou análises encarando os mais diversos temas, das demandas das comunidades remanescentes de quilombo à possibilidade de articulação internacional, passando pela violência letal promovida pela polícia. A carta, além disso, é um desses documentos raros e profundos, pois Luiza expõe dilemas caros a uma pessoa que forjou seu pensamento e ação a serviço de uma causa que dava a medida da sua vida e, ao mesmo tempo, ia muito além dela:

Às vezes, sou assaltada por incontroláveis sentimentos de culpa por ter saído num momento tão delicado. Pra ti posso confessar: não tenho a fibra das grandes guerreiras, se continuasse aí acho que teria morrido. Não é exagero. Só senti o quanto estava esvaziada depois que cheguei aqui. Levou um tempo enorme para eu me recuperar emocionalmente desta experiência que vivemos nos últimos anos.

⁶⁰ Entrevista Luiza Bairros, *Jornal do MNU*, n. 20 (1991), p. 10.

⁶¹ Valdecir Nascimento, na sua entrevista, vai dizer: “O doutorado em si não era a coisa mais importante para Luiza. Quando ela vai para o Estados Unidos, recebe a bolsa, etc., eu acho que estrategicamente isso é mais para poder conhecer, fazer a leitura daquela realidade na relação com a nossa realidade no Brasil, do que propriamente concluir o doutorado. Aquela bolsa de doutorado talvez tenha sido a possibilidade de ela sair, inclusive num momento em que o movimento precisava de uma reflexão”.

Quando, há algum tempo atrás, falei que precisava me reciclar não estava mentindo, mas sou obrigada a admitir que também precisava me livrar de um clima onde não consigo produzir. Chamem isto do que quiserem, mas para mim política não é nem nunca será a arte da enganação, da criação de mentiras sistemáticas a respeito do “outro”, ou de disputa eterna pelo poder no interior da entidade, mesmo na ausência de propostas. É uma forma até certo ponto infantil de encarar a atividade política, mas não consigo pensar de outro jeito.⁶²

O encerramento de seu mandato na coordenação do MNU, o afastamento físico da entidade, a saída do país, tudo isso não significou um rompimento com o que vivera até ali. Muito pelo contrário. É assim que ela não apenas participaria à distância da construção da Marcha Zumbi dos Palmares, como viria a Brasília, em 1995, exatamente para o ato público.⁶³ Explica-se, assim, um trecho de sua fala na manifestação abrir o documento editado pela Executiva Nacional da Marcha, sob a coordenação de Edson Cardoso, no ano seguinte:

Estamos apostando hoje na possibilidade de disputar não mais um espaço dentro de outros projetos para as nossas questões, que são tidas como menores. Mas nós estamos apostando na possibilidade de que, através de nossas questões, nós consigamos efetivamente tocar, e tocar muito fundo, nas questões que dizem respeito à sociedade como um todo.⁶⁴

Seja como for, os detalhes acerca do que fez e de como se deu sua produção no período em que esteve nos EUA ainda precisam ser pesquisados. As poucas informações que reunimos têm mais o caráter de pistas, indícios, do que de algo substancial porque volumoso. São desse período o artigo “Nossos feminismos revisitados”, publicado na revista *Estudos Feministas*, em 1995, e o ensaio “Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”, que saiu na revista *Afro-Ásia*, em 1996. Assinando ainda como “Militante do MNU”, ela

⁶² Trechos da Carta de Luiza Bairros para Edson Cardoso, em 2 de dezembro de 1993, foram reproduzidos em Edson Lopes Cardoso, “A propósito de uma velha carta de Luiza Bairros”, disponível em: <bradonegro.com/reflexoes.asp?NoticialID=89>. Acesso em: fev. 2017.

⁶³ Informações confirmadas durante conversa Ana Flávia Magalhães Pinto com Edson Cardoso, na atual sede do Ìrohìn, em Salvador, no dia 1º de dezembro de 2016.

⁶⁴ *Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida*, Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda., 1996, p. 1.

desenvolve uma rígida crítica ao livro *Orpheus and Power*, de Michael Hanchard. A obra do cientista político afro-estadunidense fora publicada em inglês dois anos antes e a sua tradução para o português só ocorreria em 2001. Mas, embora as críticas não tenham partido apenas de Luiza, seu texto acabou catalisando uma parte importante da polêmica com o autor e ajudou na divulgação do trabalho.⁶⁵ Não nos cabendo dizer quem estava com a razão, entendemos que algo mais interessante seja (re)visitar os textos, sobretudo à luz das questões suscitadas pelos desdobramentos da atuação do Movimento Negro nesses primeiros anos do século XXI, uma vez que se trata de um debate bem vibrante e atual.

Com efeito, embora ainda nos termos da identificação de rastros, há uma ação de Luiza Bairos no âmbito da interlocução entre Brasil e EUA que não passa batido: a fundação do Projeto Raça e Democracia nas Américas, em parceria com a Conferência Nacional de Cientistas Políticos Negros (National Conference of Black Political Scientists – NCOBPS). Segundo Minion Morrison, estando vinculada à Universidade do Estado de Michigan, ela passou a frequentar os painéis anuais da NCOBPS, contribuindo para que fosse dado um salto de qualidade nas discussões sobre o caso brasileiro, que era do interesse do grupo há algum tempo. O aproveitamento das muitas informações compartilhadas e da indicação de um conjunto de interlocutores/as que também poderiam contribuir com o debate serviu para a gênese do projeto Raça e Democracia.⁶⁶ Em termos práticos, a proposta começou a efetivamente se materializar nos dois países após o retorno de Luiza, que passou a integrar o Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da UFBA, em 1998.

Entre as atividades, destaca-se a realização de dois seminários

⁶⁵ Cf. Luiza Bairos, “Nossos feminismos revisitados”, *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2 (1995), pp. 458-63. Este artigo foi posteriormente traduzido para o espanhol e publicado em: “Nuestros feminismos revisitados”, *Politica y Cultura*, n. 14, UAM-X, Mexico, 2000, p. 141-9. Para o segundo caso, cf.: Michael Hanchard, *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*, Princeton: Princeton University Press, 1994; Luiza Bairos, “Orfeu e Poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”, *Afro-Ásia*, n. 17 (1996), pp. 173-86; Michael Hanchard, “Resposta a Luiza Bairos”, *Afro-Ásia*, n. 18 (1996), pp. 227-33; e *Orfeu e Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

⁶⁶ Minion K. C. Morrison, “Race and Democracy in the U.S. and Brazil: The Evolution of a Program”, *The National Political Science Review*, v. 9 (2003), pp. 6-30. Outras informações sobre o NCOBPS e o Raça e Democracia nas Américas podem ser acessadas em www.ncobps.org.

internacionais: um em Salvador (2000), outro em Sacramento, Califórnia (2001), cuja programação incluía uma grande variedade de interlocutores, que, no caso brasileiro, não se limitava às pessoas com quem Luiza comungava as mesmas perspectivas políticas. Tal como ela registraria na apresentação do dossiê temático da *Caderno CRH*:

formatamos uma iniciativa que possibilitasse o intercâmbio entre pesquisadores, estudantes, ativistas, parlamentares e detentores de cargos públicos, de modo a permitir o delineamento de uma agenda comum de pesquisa sobre a presença negra na esfera política.⁶⁷

Ou seja, o tempo nos EUA contribuiu para que, em vez de se fechar em seu próprio modo de refletir sobre e fazer a ação política negra contra o racismo, ela amadurecesse a capacidade de lidar com o que existia no movimento social e outros espaços de pensamento e poder, em sua multiplicidade, e buscasse meios de otimizar os benefícios dessas diferenças.

Só que, na virada para do século XXI, as articulações estabelecidas para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que ocorreria em setembro de 2001, em Durban, África do Sul, acionariam a habilidade de articulação de Luiza Bairos numa frente mais ampla. Convidada a trabalhar no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ela atuou na coordenação de ações interagenciais e de projetos no processo de preparação e acompanhamento da Conferência, em diálogo com governos e sociedade civil, até 2003. Dali, daria continuidade a esse tipo de interlocução ainda em outros espaços, sem nunca perder a proximidade com a militância, que estava nas muitas organizações e coletivos. Neste sentido, a sintonia estabelecida com a Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB) e com os setores do Movimento Negro que atuavam na agenda da saúde pública serve como exemplo.⁶⁸

Àquela altura, a tese de doutorado não havia sido defendida, e

⁶⁷ Luiza Bairos, “Apresentação”, *Caderno CRH – Dossiê Raça e Democracia nas Américas*, v. 15, n. 36 (2002), pp. 13-4.

⁶⁸ Como desdobramento de Durban, Luiza Bairos organizou um dossiê para a revista *Estudos Feministas* dedicado a “registrar o diferencial representado pela participação das mulheres no processo da Conferência”. Cf. Luiza Bairos (org.), *Estudos Feministas – Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo*, v. 10, n. 1 (2002), pp. 169-236.

nem seria, mas isso não foi assunto para drama.⁶⁹ O mais importante era que o conhecimento adquirido estava sendo aplicado nas prioridades por ela agora estabelecidas. Afora pautar os debates em meios acadêmicos e espaços de maior visibilidade – sem ter mais os vínculos com o MNU, mas ainda orientada pelas práticas ali adquiridas –, logo que Luiza voltou para Salvador coube a ela se envolver com a breve experiência do Yalodê – Centro de Referência da Mulher Negra, que aglutinava ex-integrantes do GM.⁷⁰ Ali, outros debates sobre os quais teve oportunidade de se aprofundar também foram compartilhados e potencializados. Como se recorda Valdecir Nascimento:

Quando ela voltou, a conversa não passava pela conclusão do doutorado. Naquele momento, ela trazia muito mais um conjunto de reflexões que a gente ainda não tinha experimentado, que é o debate de Patricia Hill Collins, que é uma nova reflexão sobre o lugar estratégico das trabalhadoras domésticas. Luiza vai nos dizer, por exemplo, que a trabalhadora doméstica, que está coisificada naquela casa, é uma figura estratégica. É ela quem sabe se o menino se droga, se os patrões têm amantes, se o patrão bate na mulher. Ela, então, requalifica para a gente o lugar das trabalhadoras domésticas. Isso foi importante não só para o movimento de mulheres negras, mas para o movimento negro com um todo.⁷¹

Explorar os detalhes de como isso acontecia certamente é algo de muita relevância para rompermos com perspectivas dicotômicas que pressupõem a distância entre o fazer militante e o fazer intelectual. A trajetória de nossa hoje “bem lembrada” Luiza Bairos nos serve, nesse sentido, de inspiração para promover alterações e criações de matrizes de pensamento que permitam pensar as lutas de mulheres e homens negros como expressões de vivência e defesa da liberdade. Por acreditamos nesse potencial, interrompemos, por ora, este nosso diálogo com o trecho de um pronunciamento que ela fez no Festival da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha, em Brasília, em julho de 2013, para uma plateia de jovens negras:

⁶⁹ Com a morte trágica da sua orientadora, a professora Ruth Simms Hamilton, em 2004, essa questão perdeu ainda mais sentido.

⁷⁰ Numa colaboração ao jornal *Ìrohìn*, em que critica as comemorações dos “500 anos”, Luiza se identificaria como integrante do Centro de Referência Yalodê. Cf. Luiza Bairos, “Contagem regressiva”, *Ìrohìn*, n. 4 e 5 (1999), p. 9.

⁷¹ Entrevista com Valdecir Nascimento.

Eu tenho uma dificuldade muito grande de falar sobre mulheres desse lugar de vítima, da oprimida, da mais explorada, etc. [...], porque eu não acredito mais nisso. Você pode me mostrar todas as estatísticas e eu as consulto com certa frequência e vejo as mulheres negras nos grandes números. Elas permanecem na situação de desvantagem total, mas isso não é o mesmo que dizer que elas vivem uma situação de se deixar abater ou se deixar vencer pelos obstáculos colocados pela sociedade. É por isso que, mesmo a partir da desvantagem social, nós tivemos e temos as condições para criar novos rumos para as nossas vidas; e ao criar rumos novos para as nossas vidas, nós criamos esses rumos também para o conjunto da comunidade negra.⁷²

Textos de Luiza Bairros – ordem cronológica⁷³

Individuais

“O negro na força de trabalho”. *Força de Trabalho e Emprego*, v. 1, n. 4 (Salvador, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, 1985), pp. 17-21.

“O reforço da subordinação”. *Força de Trabalho e Emprego*, v. 2, n. 5 (Salvador, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, 1985), pp. 18-22.

“Reflexão sobre o trabalho do menor”. *Força de Trabalho e Emprego*, v. 3, n. 7 (Salvador, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, 1986), pp. 3-6.

“O negro na força de trabalho”. *Caderno do CEAS*, n. 104 (Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, 1986), pp. 55-61.

Pecados no “paraíso racial”: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1987.

⁷² Luiza Bairros, “Abertura”, in Jaqueline Fernandes *et alii* (orgs.), *VI Festival Latinidades: Arte e cultura negra, memória afrodescendente e políticas públicas* (Brasília: Griô, 2014), p. 18.

⁷³ Trata-se de uma lista parcial composta apenas por textos assinados por Luiza Bairros ou em coautoria. Não estão incluídas as entrevistas publicadas por escrito, nem os documentos e artigos anônimos, nem os que receberam assinatura das organizações das quais ela fez parte, muito menos os incomensuráveis casos do que poderíamos chamar de coautorias não reconhecidas, fruto da perspectiva coletiva de produção intelectual por ela vivenciada.

“Pecados no ‘paraíso racial’: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980”. In: João José Reis (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1988), pp. 289-323.

“O negro na força de trabalho na Bahia (1950-1980)”. *Revistas Humanidades*, n. 17 (Brasília, Universidade de Brasília, 1988), pp. 15-20.

“Brazil: Birthplace of Racial Democracy?”. In: Henry J. Drewal, David C. Driskell e Aurelia Brooks (orgs.). *Introspectives: Contemporary Art by Americans and Brazilians of African Descent* (Los Angeles: California Afro-American Museum Foundation, 1989), pp. 23-5.

“A mulher negra e o feminismo”. In: Ana Alice Alcantara Costa e Cecília Maria B. Sardenberg (orgs.). *Relatório do Seminário Nacional: O Feminismo no Brasil – reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBA, 1990. / *O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. 2ª ed. Salvador: NEIM/UFBA, 2008, pp. 139-45.

“Mulher negra: o reforço da subordinação”. In: Peggy Lovell (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo* (Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991), pp. 177-93.

“Desemprego: o negro é o primeiro que sobra”. *Força de Trabalho e Emprego*, v. 9, n. 1 (Salvador, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia, 1992), pp. 19-24.

“Questão do negro: velhos mitos e novos desafios”. *Revista Análise e Dados*, v. 1, n. 4 (Salvador, 1992), pp. 113-5.

“The Black Question in Brazil: Old Myths and New Challenges”. *Conexões – Conexiones, Connexions, Connections*, v. 4, n. 2 (East Lansing, Michigan, 1992), p. 11.

Anotações do Seminário “O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador”. Salvador: CRT/Setras, 1992.

“Nossos feminismos revisitados”. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2 (Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, 1995), pp. 458-63.

“*Orfeu e poder*: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”. *Afro-Ásia*, n. 17 (Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 1996), pp. 173-86.

“Contagem regressiva”. *Ìròhìn*, n. 4 e 5 (Brasília, 1999), p. 9.

“Nuestros feminismos revisitados”. *Política y Cultura*, n. 14 (México, UAM-X, 2000), pp. 141-9.

“Lembrando Lélia Gonzalez”. *Afro-Ásia*, n. 23 (Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2000), p. p. 347-68. / In: Jurema Werneck; Maisa Mendonça; Evelyn C. White (orgs.). *O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe* (Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2002), pp. 42-61.

“Apresentação – Dossiê Raça e Democracia nas Américas”. *Caderno CRH*, v. 15, n. 36 (Salvador, Centro de Recursos Humanos – UFBA, 2002), pp. 13-8.

“Apresentação”. In: *Caminhos para a igualdade nas relações raciais*. Porto Alegre: Themis, 2002, pp. 5-6.

“Apresentação – Dossiê III Conferência Mundial contra o racismo”. *Estudos Feministas*, v. 10, n.1 (Florianópolis, 2002), pp. 169-70.

“Relatório da 3ª Sessão do I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas”. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 1 (Florianópolis, 2003), pp. 302-4.

“Indicadores sociais e políticas públicas”. In: Januario Garcia (org.). *25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil* (Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006), pp. 138-9.

“Tema: Política”. In: Gustavo Mello (org.). *II Fórum Nacional de Performance Negra* (Salvador: Cia. dos Comuns; Teatro Vila Velha; Bando de Teatro Olodum; Funarte, 2006), p. 145-9.

“A pobreza e cor da pobreza”. *Folha de S. Paulo*, 13 de mai de 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1305201107.htm>>. Acesso em: jan. 2017.

“O Brasil tem o que a dizer, dez anos depois”, 12 de set. de 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/durban-o-brasil-tem-o-que-dizer-10-anos-depois/#gs.YQjtVnw>>. Acesso em: jan. 2017.

“O paliativo essencial”. *Correio Braziliense*, 19 mai. 2012.

“Abertura – VI Festival Latinidades”. In: Jaqueline Fernandes *et alii* (orgs.). *VI Festival Latinidades: Arte e Cultura Negra, Memória Afrodescendente e Políticas Públicas para a Cultura Negra* (Brasília: Griô, 2014), pp. 16-9.

Coletivos

Luiza Bairros; Nadya Araújo Castro; Vanda Sá Barreto. “Vivendo em sobressalto: composição étnica e dinâmica conjuntural do mercado de trabalho”. *Força de Trabalho e Emprego*, v. 7, n. 1/2 (Salvador, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Bahia 1990), pp. 9-18.

“Vivendo em sobressalto: composição étnica e dinâmica conjuntural do mercado de trabalho”. *Anais... VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo: ABEP, 1990. v. 2. p. 21-49 [ampliado].

Luiza Bairros; Nadya Araújo Castro; Vanda Sá Barreto. “Negros e brancos num mercado de trabalho em mudança”. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, Anpocs, 1992, p. 32-54.

Luiza Bairros; Nadya Araújo Castro; Vanda Sá Barreto. “Vivendo em sobressalto”. Luiza Bairros; Nadya Araújo Castro; Vanda Sá Barreto (orgs). *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. Programa A cor da Bahia. São Paulo: Annablume, 1998, p. 41-66.